

# Circulação e enunciação: (dis) concordâncias sobre normas de participação

Viviane Borelli<sup>[\*]</sup>  
viviane.borelli@ufsm.br

## RESUMO

Objetiva-se identificar marcas discursivas (Verón, 2004, 2013), produzidas por enunciadores no espaço aberto a comentários por distintas mídias e que versam sobre o funcionamento das regras de participação, a regulação e o questionamento de tais normas. Compreende-se que a sociedade está em processo de midiaticização e que há uma crescente emergência da circulação. A análise denota que distintas complexidades perpassam as relações entre produção e reconhecimento, pois como postula Eliseo Verón não há linearidade no universo dos sentidos. Mesmo que existam normas e protocolos para comentar matérias, os participantes questionam as regras e os critérios para postagem e, ainda, realizam regulações próprias dizendo ao outro o que pode e o que deve ser dito.

**Palavras-chave:** Circulação. Participação. Enunciação. Midiaticização.

## A emergência de uma problemática

A partir da compreensão de que vivemos numa sociedade em processo de midiaticização, pretende-se dar seguimento a investigações anteriores em que se reflete sobre a emergência da circulação. Especialmente a partir das contribuições de Verón (1997, 2004, 2013), de Fausto Neto (2016; 2018) e de Braga (2011a, 2011b, 2017), compreende-se que as relações entre as instâncias da produção e do reconhecimento são complexificadas por meio de processualidades tanto de ordem técnica quanto discursiva.

Nesse momento, direciona-se o olhar para enunciações produzidas por atores sociais<sup>1</sup> inscritos no espaço

aberto por distintas mídias para comentários e que versam sobre o *status* da participação, o funcionamento desse *locus*, o questionamento das normas e regras de participação. Compreende-se a constituição do espaço aberto para comentários como decorrência da crescente complexidade dos dispositivos de enunciação, que são construídos em função de fluxos discursivos produzidos em movimentos contínuos.

Metodologicamente, foram extraídos fragmentos discursivos (Verón, 2004, 2013) produzidos por distintos enunciadores e que foram selecionados, portanto, inicialmente a partir de movimentos observacionais para depois ser possível constituir um dispositivo analítico diante da questão central. Como conceitua o semiólogo argentino Eliseo Verón, essas matérias significantes são lugares de investimento de distintos sentidos, pois são

---

1 – A série de reportagens conhecida como #vazajato apresenta diálogos em chats privados que lançam dúvidas do ponto de vista ético e jurídico sobre a operação Lava Jato, as ações do procurador Deltan Dallagnol, do então juiz e atual ministro da Justiça Sérgio Moro, e de outras autoridades. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/?comments=1#comments> Consulta em 12 de julho de 2019.

---

<sup>[\*]</sup> Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, 1000 - Cidade Universitária, Camobi, Santa Maria (RS).

extraídas de um locus singular para tornarem-se insumo para o analista poder trabalhar sobre a atividade enunciativa. Dessa forma, são identificadas marcas discursivas deixadas pelos enunciadorees na superfície discursiva dos comentários e que apontem para questionamentos sobre o funcionamento e a gestão desse ambiente, bem como enunciados que apontem para desaprovação ao que é avaliado como possível e permitido de ser dito nesse lugar.

Compreende-se que no momento em que os sujeitos enunciadorees se inscrevem num espaço aberto pelas mídias para participação, passam a integrar o seu dispositivo de enunciação (Verón, 2004, 2013). Ou seja, todos que ali se inscrevem atestam que concordam com os termos de uso e que vão seguir as regras ali delimitadas pelos protocolos de participação específicos de plataformas como Facebook ou Twitter - ou do próprio sistema midiático (Luhmann, 2005, 2009), como os sites de jornais, revistas, canais de televisão, rádio, blogs, etc. Van Dijck, Poell e De Waal (2018, p. 9) definem “a platform as a programmable architecture designed to organize interactions between users”<sup>2</sup>. Van Dijck et al (2018) compreendem que o ecossistema de plataformas é composto por dois tipos diferentes: as infraestruturais e as setoriais que estão em permanente conexão. Os autores explicam ainda que as plataformas funcionam através de diferentes lógicas e de organização de modelos negócios, como: criação de conteúdo, assinatura, cobrança de taxas, monetização dos dados dos usuários. Eles chamam atenção à suposta gratuidade, visto que esse discurso esconde uma multiplicidade de fatores que visam o lucro.

Não é intenção ampliar aqui a vasta discussão dos autores sobre o impacto das plataformas digitais nas instituições sociais, o funcionamento e os modelos de negócio das plataformas, mas apenas mencionar que todos os dados inseridos pelos usuários são organizados por meio de algoritmos e interfaces que guiam a sua estrutura e organização. Ao ingressar em qualquer plataforma, geralmente é solicitado ao usuário que concorde com seus Termos de Uso. Essa aceitação faz como que passemos a concordar com as políticas e normas estabelecidas pelos proprietários e que autorizemos o uso dos dados ali inseridos.

As mídias têm passado por mutações em suas práticas discursivas nos últimos anos em função de vários fatores, como o desenvolvimento tecnológico, as pressões do mercado, mudanças nos modelos de negócio e o crescente protagonismo da circulação. Em pesquisas anteriores (Borelli, 2015, 2016a, 2016b,

2017; Borelli e Dias, 2018) acerca da reconfiguração de práticas jornalísticas em função do processo de midiatização da sociedade, foram identificadas pistas de que há distintas demandas para a abertura de espaços para participação. Esses fatores podem ser mais estruturais e contextuais - em função do processo de midiatização da sociedade e do protagonismo dos sujeitos - ou mesmo de caráter mercadológico, já que é preciso enunciar que o outro é ouvido e que faz parte do dispositivo de enunciação midiático. Observa-se que o fato de as mídias estarem abertas para a participação implica na garantia de proximidade convertida em cliques, possível engajamento e também em métricas: índices e dados para serem mostrados a anunciantes e futuros investidores.

Nessa processualidade de crescente abertura das mídias para o que vêm de fora e que não é produzido pelos profissionais da Comunicação e do Jornalismo há, também, consequências do ponto de vista ético, pois não há garantias de que os conteúdos ali publicados representem bom senso e civilidade. Também não implicam em, necessariamente, mais qualidade, seja para as mídias ou para o debate de temas de relevância pública que pudessem representar avanço na discussão de problemas sociais. Basta um rápido olhar para o espaço dos comentários para perceber que muito do que é dito ali não agrega informações ao que está sendo discutido e nem tem implicações substanciais para o desenvolvimento da sociedade.

Ainda que as mídias enunciem que os comentários publicados não representam a opinião da empresa, mas apenas de quem o produz, elas acabam tendo seu nome vinculado a comentários de conteúdo preconceituoso, desrespeitoso, homofóbico, racista ou misógino. Ou seja, ao comentar, o participante acabando integrando o dispositivo de enunciação midiático e este passa a carregar marcas discursivas que não estão de acordo com sua política editorial.

O fato de as mídias possibilitarem a inclusão de enunciados à oferta discursiva proposta pelo seu próprio dispositivo de enunciação (Verón, 2004, 2013) pode implicar, como define Luhmann (2005, 2009), em acoplamentos e interpenetrações, mas também em irritações ao próprio funcionamento. Em função do espaço e da delimitação desse artigo, não é intenção fazer uma análise do funcionamento do sistema midiático em si<sup>3</sup>, mas compreende-se, a partir do que defende o sociólogo alemão, que as mídias constituem uma realidade própria. Para ele, as mídias falam dos temas que lhe são externos - de outros sistemas - e também produzem enunciações sobre si, em processos autorreferenciais que visam a manutenção do próprio sistema

2 – Notícia completa em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/folha-deixa-de-publicar-conteudo-no-facebook.shtml>. Pesquisa em 30 de abril de 2019.

3 – Notícia completa em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/folha-volta-a-publicar-conteudo-no-facebook.shtml>. Pesquisa em 6 de janeiro de 2022.

e uma permanente autofortificação. Esse processo ocorre por meio de acoplamentos a outros sistemas, bem como a partir de interpenetrações e, caso seja desafiado pelo ambiente e consiga transformar a irritação em informação, o sistema pode se fortalecer e alimentar outras possibilidades de funcionamento.

Feita essa breve menção, é preciso referir a que proposições elaboradas tanto por Eliseo Verón quanto por Antonio Fausto Neto têm como inspiração conceitos trabalhados por Niklas Luhmann, como de irritação, acoplamento e interpenetração. Como a abordagem teórica e metodológica aqui proposta dialoga com a perspectiva discursiva, da sociedade em midiatização e da problemática da emergência da circulação desenvolvidas por Verón (2004, 2006, 2013) e Fausto Neto (2016, 2018), o foco analítico versa sobre suas contribuições para o desenvolvimento do estudo.

Exemplo dessas processualidades em transformação no sistema midiático são movimentos para bloquear a participação de leitores, como Aljazeera ([aljazeera.com](http://aljazeera.com)) e The Guardian ([theguardian.com/uk](http://theguardian.com/uk)), que nos últimos anos fecham alguns canais de participação. A interrupção da atividade após um determinado número de comentários ou tempo de publicação também remete a irritações, como ocorre em Globo.com ou no portal G1<sup>4</sup> ([g1.globo.com](http://g1.globo.com)) em algumas matérias mais polêmicas ou como procedeu o The Intercept Brasil ([theintercept.com/brasil/](http://theintercept.com/brasil/)), que após publicar, em 9 de junho de 2019, uma série de reportagens investigativas que colocam em xeque os procedimentos de autoridades que atuaram e atuam na força tarefa da Lava Jato, fecha alguns espaços para comentar matérias, em 23 de junho de 2019<sup>5</sup>.

Outro caso que pode ser interpretado como de irritação no sentido Luhmanniano foi o anúncio da Folha de S.Paulo de

não disponibilizar mais conteúdo no Facebook, a partir de 8 de abril de 2018<sup>6</sup>. Foi uma resposta à política editorial da rede social – que passou a priorizar postagens de amigos/familiares ao invés de páginas de conteúdo informativo e uma defesa, segundo o jornal, ao jornalismo profissional. Entretanto, em 5 de julho de 2021, a Folha volta a publicar conteúdo no seu perfil no FB e destaca que o retorno à plataforma se deu ao fato da rede social mudar sua política para coibir a disseminação de notícias falsas e a proliferação de discursos de ódio<sup>7</sup>.

Importante destacar que a gestão da participação nas mídias se trata de uma questão em aberto e é marcada por experimentações e movimentos diversos: abertura, fechamento, moderação em algumas plataformas, abertura para comentários apenas em algumas editorias, entre outras ações que denotam estarmos observando uma problemática em curso. Durante a pandemia do novo coronavírus, que atinge o mundo desde o início de 2020, as mídias passaram por processos distintos de experimentação quanto à abertura e fechamento desses espaços e também tentativas de maior ou menor moderação, seja a priori ou posteriori, bem como restrições em apenas algumas editorias ou conteúdos específicos.

Em investigações anteriores (Borelli, 2015, 2016a, 2016b, 2017; Borelli e Dias, 2018) sobre os processos interacionais entre jornais e leitores, constatou-se que as mídias ainda tentam controlar o processo produtivo – num modelo comunicacional linear de transmissão de informação de um emissor para um receptor, fazendo projeções de quem são seus leitores<sup>8</sup>. Entretanto, observou-se que os discursos produzidos nesse ambiente interacional acabam seguindo rumos não

4 – Esse leitor projetado e idealizado remete ao conceito de leitor modelo de Umberto Eco, quando problematiza em *Lector In Fabula* (1988) a projeção por parte do autor do texto de quem é esse outro que vai ler e interpretar o texto.

5 – Não é intenção nesse momento discutir o estatuto epistemológico do conceito de públicos. Utilizamos a expressão para designar os distintos coletivos (atores individuais convertidos em atores sociais, Verón, 1997, 2004; 2013 e Verón e Boutaud, 2007) que estão em relação com as mídias, sejam eles comentadores, leitores, seguidores, curtidores, anunciantes.

6 – Em outras pesquisas, estamos experimentando, no âmbito do grupo de pesquisa Circulação Midiática e Estratégias Comunicacionais (Cimid) potencialidades (e limitações) de ferramentas de extração e de mineração de dados, como o software de análises lexicais *Iramuteq* (RATINAUD, 2014). Defendemos que as pesquisas com abordagem mais quantitativa necessitam também de um olhar qualitativo, pois muitas vezes é preciso retornar aos textos, como problematizamos em Romero e Borelli (2021).

7 – Como dito, a observação tem sido realizada desde 2014 num universo maior de mídias (além dos quatro aqui mencionados, ainda foram analisados em outras pesquisas, postagens de Diário de Notícias de Portugal e os brasileiros O Globo, O Estadão, The Intercept Brasil, BBC Brasil, El País, Zero Hora), mas que não tiveram suas matérias significantes selecionadas para compor esse dispositivo analítico, visto que a delimitação da abordagem aqui proposta implica em seleção e delimitação orientadas pela questão central – enunciações que apontem para discordâncias nas normas e formas de participação no espaço aberto para comentários. Nesse sentido, não se trata de amostra, mas de fragmentos discursivos (Verón, 2004). Também é preciso dizer que alguns comentários coletados podem ter sido apagados depois de algum tempo (seja pelo próprio comentador ou pelo sistema que faz a regulação do mesmo). Também serão preservadas as identidades dos participantes e será adotada referência numeral aos fragmentos discursivos (FD).

8 – Há um caso distinto que merece ser referido, o do período Português, Público. O jornal português Público, por exemplo, possui uma mecânica discursiva singular no espaço de comentários, visto que os comentadores possuem status e categorias de participação de acordo com sua participação, pois a gestão dos comentários é realizada a partir de uma equipe formada por jornalistas e leitores.

previstos: notícias postadas pelos jornais são compartilhadas e comentadas por leitores em temporalidades múltiplas e em distintas plataformas digitais (Van Dijck, Poell e De Waal, 2018). Essa ampla e complexa cadeia significativa põe em cena a construção de distintas semioses, pois como conceitua Verón (2004, 2013), não há causalidades no mundo dos sentidos.

Estamos diante de uma era de incertezas, em que os quadros de sentido - outrora construídos pelas mídias como uma moldura mais linear e causal aos seus enunciados - cada vez mais tomam forma por meio de processos de enunciação atravessados por injunções de distintos enunciadores. Nesse contexto, emerge, de forma acelerada, a circulação, onde há zonas de contato, de interpenetrações e enunciações de múltiplas ordens e provenientes de sistemas diferentes, como problematiza Fausto Neto (2013, 2016, 2018).

Como defende Braga (2011a, 2017), num contexto produtivo de fluxos a diante, as redes sociais digitais se converteram num estímulo à conversação dos participantes desse ambiente, em que é difícil estabelecer um ponto de partida, já que todo episódio comunicacional pode dar início a outro e assim sucessivamente. A postagem de uma notícia por parte das mídias até pode ser um elemento acionador para que os comentadores possam entrar em cena e passar a produzir suas enunciações. Entretanto, esses movimentos enunciativos desencadeiam distintos processos interacionais em múltiplos ambientes (midiáticos ou não).

Nesse contexto, após identificação de pegadas deixadas e capturadas pelas observações em pesquisas anteriores, objetivava-se nesse artigo mapear e identificar enunciados publicados no espaço aberto a comentários e que apontem para negociações, concordâncias ou divergências quanto às normas estipuladas para a participação e o seu funcionamento. Como defende Braga (2008, 2011b), o processo de construção teórica metodológica é intrínseco ao processo de investigação e não deve ser tomado como decisões a priori. Assim, a partir de distintas pesquisas realizadas nos últimos oito anos, que vão de estudos de caso sobre coberturas midiáticas específicas à investigação comparativa sobre as relações entre algumas mídias brasileiras e portuguesas com seus leitores, foram identificados índices que apontavam sobre o *status* da participação e do funcionamento do espaço para comentários. Dessa maneira, para essa reflexão, a escolha da matéria significativa para compor o dispositivo analítico se ampara na identificação de marcas discursivas de forma recorrente e que emanam de distintos momentos de investigação e se justifica pela questão

central: enunciações que apontem para discordâncias.

Para tal, com base na perspectiva indiciária defendida por Eliseo Verón e José Luiz Braga são eleitos fragmentos discursivos capturados de distintos ambientes interacionais e que nos dão algumas pistas sobre o funcionamento desse locus complexo em que as relações, trocas e interações acontecem em fluxos dinâmicos. Trata-se, portanto, de pesquisa qualitativa que analisa algumas marcas discursivas produzidas pelos sujeitos que estão inscritos nesse ambiente interacional. Esta reflexão integra uma das etapas da pesquisa mais ampla intitulada “A circulação discursiva no contexto de midiática da sociedade” e que é desenvolvida no âmbito da UFSM, com participação de alunos de iniciação científica, de mestrado e doutorado.

## Circulação e a (dis) concordância de sentidos

A complexidade que atravessa as relações entre produção e recepção tem sido objeto de investigação por muitos pesquisadores da área de comunicação. Nesse contexto, Verón (2006) concebia que há mais de uma década os estudos sobre os meios se encontravam aparentemente em uma situação confusa em função dos ajustes realizados pelas pesquisas sobre o fenômeno da recepção a partir dos anos 80 do século passado. “Estudamos precisamente a recepção de quem para quem? Podemos continuar falando de receptor, público, audiências, como foi feito durante anos?” (Verón, 2006, p. 2).

Num contexto de em que as sociedades estão em midiática, compreende-se que não é mais possível olhar para os movimentos interacionais como se eles ocorressem de forma linear, visto que atores individuais organizam-se em coletivos e convertem-se em atores sociais, como problematizam Verón e Boutaud (2007) e Verón (1997, 2004, 2013). As interações entre as mídias e seus públicos<sup>9</sup> perpassam processualidades tanto da produção, quanto da circulação e do reconhecimento, em que essas instâncias têm suas fronteiras sombreadas em função dos acoplamentos.

É constitutiva a diferenciação entre as mídias e seus públicos, pois como destaca Verón (2013, p.364), as lógicas que operam em produção e reconhecimento são “qualitativamente diferentes”. A partir de atualização de estudos feitos nos anos 80 acerca da produção científica na televisão francesa, o semiólogo enfatiza que a complexidade dos processos de midiática e da emergência da circula-

9 – Opta-se por mencionar o comentário no corpo do texto, preserva-se a escrita original mesmo que tenha erros ortográficos, e não se menciona a identidade dos enunciadores. Os fragmentos discursivos são numerados como FD1, FD2 e assim por diante. Grifa-se algumas palavras no intuito de chamar a atenção para as marcas discursivas do que é dito. Como às vezes os enunciadores referem-se uns aos outros pelo nome cadastrado e acabam revelando suas identidades, vamos omitir os nomes e utilizar participante1, 2, 3, para preservar a identidade dos enunciadores.

ção desafiam os pesquisadores para olhares mais amplos e contínuos sobre suas investigações e resultados. Para ele, “a evolução das modalidades de interpenetração entre as lógicas do sistema social e as lógicas socioindividuais não se podem captar no “corte” sincrônico que representa uma investigação pontual num momento dado” (Verón, 2013, p.383). Isso ocorre, de acordo com o autor, justamente porque estamos lidando com processualidades comunicacionais que implicam mudanças de médio a longo prazos.

Para Antonio Fausto Neto, o processo de mediação gera novas relações de ordem técnica e discursiva, formando “zonas de contato” (Fausto Neto, 2018), “zonas de pregnâncias” (Fausto Neto, 2013), que reorganizam e reformulam estruturalmente as lógicas de contato entre produção e reconhecimento, havendo convergências e divergências (Fausto Neto, 2016). O autor também considera que os processos interacionais se constituem para além das atividades e “gramáticas dos polos constituintes da circulação do contexto dos mass media, fazendo emergir não só uma ambiência”, mas também fluxos, conexões e circuitos, que acabam se estruturando a partir de condições singulares de produção de sentidos (Fausto Neto, 2018, p. 27).

Nesse contexto de divergências de sentidos produzidos, recorda-se que Verón (2008, p.149) problematiza a complexidade e não linearidade da comunicação. “Não linear quer dizer que a circulação comporta bifurcações e que, por consequência, a circulação da comunicação é um processo que está afastado do equilíbrio”. O autor afirma que maior difusão representa mais complexidade e recorda que diferentemente do que pressupunham os frankfurtianos – de que com o desenvolvimento tecnológico e a proliferação de mídias a sociedade seria mais homogênea -, há cada vez mais complexidades. Cada leitor produz sentidos próprios a partir de suas experiências com as mídias, pois como problematiza Verón (2004, 2008, 2013), sempre haverá dissonâncias e desajustes entre produção e reconhecimento, por isso a necessidade de estudar a circulação discursiva.

O universo do sentido é complexo e a discussão em torno dele está registrada em obras produzidas por várias gerações de linguistas, semiólogos e comunicólogos. Como afirma Verón (2004, p. 216), todo discurso desenha “um campo de efeitos de sentido e não um e único efeito”. Para ele, “nada de causalidade linear no universo do sentido” (Verón, 2004, p. 216), pois as relações entre produção e reconhecimento são complexas. A noção de circulação, para Verón (2004, p. 54), “designa o modo como o trabalho social de investimento de sentido nas matérias significantes se transforma no tempo”.

Trata-se de um processo de semiose infinita, como problematizaram os teóricos Charles Sanders Peirce, Umberto Eco e Eliseo Verón, em que uma matéria significativa acaba sendo referente para outra e assim por diante, ilimitadamente. O fenômeno da semiose infinita reafirma o fato de que a enunciação não ocorre de forma linear, pois há ressignificações, conexões mais amplas e difusas, e que no universo dos sentidos não há causalidades, mas complexidade (Verón, 2004, 2013).

Diante dessas complexidades geradas pelas produções de sentido em fluxo contínuo, concorda-se com Braga (2008, 2011b), quando afirma que a comunicação é uma disciplina indiciária e que devemos identificar questões emergentes que possam ser melhor problematizadas a partir de movimentos iniciais de observação para posterior análise. A pesquisa em desenvolvimento é de cunho qualitativo, sabendo-se das limitações a que chegam as inferências que a observação a situações micro permite fazer.

A partir dessa perspectiva indiciária, relacionamos o conceito de semiose, que representa a “rede interdiscursiva da produção de sentido” (Verón, 2004, p.72), e o fato de os fenômenos comunicacionais poderem gerar de forma continuada pistas para produção de outros olhares. Desde 2014, são observados os espaços abertos para comentários em distintas mídias. Portanto, trata-se de um processo de observação continuada, em que se tem coletado fragmentos discursivos em temporalidades e espacialidades singulares. Como conceitua o semiólogo, as análises discursivas implicam a constituição de um dispositivo, “um fragmento de tecido semiótico “arrancado” do fluxo da produção social de sentido” (Verón, 2004, p.73). Dessa forma, a partir de pesquisas realizadas nos últimos oito anos acerca das relações entre as mídias e seus leitores, foram sendo identificados índices de que há discordâncias e questionamentos sobre as regras e formas de participação impostos pelas mídias.

A partir do aporte teórico metodológico desenvolvido por Verón (2004, 2013) e com inspiração nas reflexões realizadas por Braga (2011b, 2008), o corpus não foi escolhido a priori porque no desenvolvimento da investigação foi constituído um dispositivo analítico com base nas pistas e índices identificados no processo de observação mais amplo do espaço para comentários. Um dos movimentos de pesquisa foi justamente a observação de recorrências discursivas (Verón, 2004, 2013) e a busca por indícios para a compreensão de processos comunicacionais mais complexos, movimento que não seria possível se decisões metodológicas fossem tomadas a priori (Braga, 2011b, 2008).

Dito isso, é preciso destacar que os critérios para coleta não são demarcadas por editoriais ou temas específicos, nem por coberturas especiais, pois se volta para questões relativas ao funcionamento desse locus e questionamentos ali expressados pelos participantes desse dispositivo de enunciação. Dessa forma, após compreender sua organização, fez-se leituras sistemáticas de comentários produzidos acerca de notícias muito diversas para então ser possível, num segundo momento, estruturar um corpus – um dispositivo analítico formado por textos, que para o autor, designam num “plano empírico, aqueles objetos concretos que tiramos do fluxo da circulação de sentido e que tomamos como ponto de partida para produzir o conceito de discurso” (Verón, 2004, p.71). Foram realizadas observações e, posteriormente, extraídos fragmentos em distintas temporalidades nos espaços abertos para comentários (seja nos sites ou nos perfis do Facebook) dos jornais portugueses Público e Correio da Manhã e da Folha de S.Paulo e do portal G1.

A constituição do corpus partiu de postagens que apontam para lógicas das atividades enunciativas dos atores sociais nas quais questionam o funcionamento do espaço aberto a comentários, regras e normas de participação. Objetiva-se identificar algumas marcas discursivas produzidas pelos participantes desse espaço interacional para tratar da avaliação, aprovação e da discordância em relação à regulação e às normas de participação. Como explica Verón (2004), o princípio da estrutura interna de um corpus – grupo de textos do ponto de vista empírico- versa sobre sua escolha em função de certa uma homogeneidade. Entretanto, todo texto “é um objeto heterogêneo, prestando-se a múltiplas leituras, colocado no cruzamento de uma pluralidade de “causalidades” diferentes” (Verón, 2004, p.71). Trata-se, portanto, de uma leitura entre outras tantas possíveis que poderiam ser feitas do ponto de vista de outros analistas.

Em investigações anteriores, foram analisados fragmentos discursivos de regras, normas e condições de uso e de acesso propostas por distintas mídias, bem como foram entrevistados editores de jornais brasileiros sobre o funcionamento desses protocolos e termos para compreender como funciona esse dispositivo de enunciação e esse mecanismo disciplinar. Ao analisar termos e condições de uso publicadas pelas mídias, observou-se que são instituídas regras que os públicos possam se inserir nesse locus singular, bem como são explicitadas penalidades para o caso de possível descumprimento dessas normas (Borelli, 2016a).

Nesse momento, não serão analisados os termos, visto que essa atividade já foi feita em pesquisa anterior.

Porém, de forma sintética, há alguns procedimentos comuns que aqui são relatados a partir de observação e de testes empíricos: é necessário preencher um cadastro antes de publicar qualquer comentário; alguns comentários são postados e, depois, apagados (regulação a posteriori); alguns comentários feitos não chegam a ser publicados (regulação a priori). A participação no espaço para comentários é disciplinada, vigiada e organizada de modo que haja algum tipo regulação, seja a priori ou posteriori.

Entretanto, há movimentos de mão dupla, visto que se há regras impostas para vigiar e controlar a participação, há também possibilidades de burlar tais normas. Agora, o olhar está direcionado para as marcas discursivas deixadas pela circulação nesse locus regulado e controlado, mas que essa disciplinarização não impede que sejam produzidas enunciações acerca do descontentamento e questionamento dessas normas, bem como da discordância do que é dito pelo outro nesse espaço. Por questões de espaço, não será possível fazer uma análise mais aprofundada sobre o que dizem os protocolos de participação e o que os participantes dizem acerca delas. Porém, serão descritas marcas discursivas que apontem para o que é dito e como são enunciadas os desacordos em relação à regulação.

Compreende-se que há distintas marcas discursivas construídas em reconhecimento, pois concorda-se com Verón e Boutaud (2007) e Verón (2004, 2013) quando problematizam que uma mesma gramática de produção gera ‘N’ gramáticas de reconhecimento. Ou seja, um mesmo protocolo de participação pressupõe interpretações distintas por parte daqueles inscritos nesse espaço. Como já explicitado, Fausto Neto (2016) também problematiza que a convergência tecnológica remete a mais divergências em termos de sentidos produzidos.

## Algumas marcas discursivas da atividade circulatória

Ao analisar o teor dos comentários que remetem à interrogação das regras para a participação, seja a regulação ou as sanções para quem não as cumpre, nota-se algumas recorrências que convertem-se em construções discursivas próprias para demarcar pontos de vistas específicos sobre esse locus. Um primeiro grupo de marcas discursivas aponta ao questionamento da não publicação de seus comentários, mas sem especificar o teor do conteúdo postado: “**Fiz um comentário e não aparece porquê?**” (FD1, Diário de Notícias, Portugal, 4 janeiro de 2016); “**O G1 não está publicando os meus comentários!!**” (FD 2, portal G1, Brasil, 24 abril de 2019).

Outra forma de questionar a regulação é fazer uma avaliação do tipo de comentário realizado, argumentando sobre o que foi dito e comparando com outros enunciados, seja para legitimar o que diz ou para deslegitimar o que o outro postou: “**Fiz um comentário sensato, serio, honesto e uma boa pergunta**, ai o G1 apagou, **mas o comentário do [nome de participante] ela deixou**, gosta de ver o circo pegar fogo né G1??” (FD 3, portal G1, Brasil, 26 abril de 2019). A conversação em torno da regulação a posteriori segue entre comentadores através de argumentos que visam convencer quem está nesse espaço de que o dito era legítimo e que merecia ser publicado: “É verdade. Meu **comentário também sumiu sem eu dizer um palavrão**, só porque critiquei de forma humorada a pesquisa e a reportagem” (FD 4, portal G1, Brasil, 26 abril de 2019). Como conceituam Verón (2004, 2013) e Verón e Boutaud (2007), na rede interdiscursiva da produção social de sentidos, há caminhos possíveis para interpretação, mas também muitos desvios que denotam a incompletude e a complexidade da semiose.

Os participantes elaboram justificativas próprias para buscarem explicações para a não postagem de seus comentários. Uma possível causa apontada é a censura: “**Censura global - funciona mesmo. Você posta e seu comentário desaparece ...**” (FD 5, portal G1, Brasil, 26 abril de 2019). No ambiente da circulação, a censura pode ser uma atitude por parte da mídia que controla esse espaço ou mesmo do comentador, já que este possui liberdade para apagar o enunciado em momento posterior. A dúvida sobre a origem da regulação é explicitada: “Porque è que o comentario de **[nome de participante]** foi apagado? Terà sido o próprio ou terá sido **algum tipo de censura...**? Agora fiquei intrigado...” (FD 6, site Público, 21 de setembro de 2015).

Mesmo que haja protocolos a serem seguidos para que se inscreva nesse espaço, alguns participantes enunciam sua discordância ou não compreensão pela não publicação com a explicação de que se trata de censura. Entretanto, de outro lado, participantes assinalam que as regras não são seguidas e demandam por uma regulação por parte do sistema midiático a posteriori: “**Seria interessante as autoridades competentes darem uma vista de olhos a estes comentários**” (FD 7, site Público, Portugal, 19 outubro de 2015). Ao pressuporem que o espaço é regulado, já que, como dito, há normas específicas para inscrição nesse lugar, alguns comentadores demandam por mais controle. Na avaliação do participante, não basta a abertura do dispositivo de enunciação midiático para quem não o constitui, pois dever haver moderação

e controle do que é ali dito. Diante das brechas deixadas pelos próprios regramentos das mídias, os enunciadores aproveitam tais deslizos para expressar a discordância das regras no próprio dispositivo de enunciação.

Se há alguma irritação (Luhmann, 2005, 2009) que possa desestruturar o funcionamento desse sistema, os participantes - a seu próprio modo - constroem enunciados para gerir o que pode ser dito nesse espaço. Nas observações realizadas com intuito de identificar marcas recorrentes da atividade enunciativa dos participantes, há comentários recorrentes em relação à intenção de fazer o outro silenciar e também de dizer o que deve ser dito, como esses dois conjuntos de conversações entre comentadores da página do jornal Correio da Manhã, de Portugal, no Facebook. Nesses discursos, identificamos marcas discursivas que remetem à intenção de fazer o outro silenciar: participante 1: “**Já te calavas** não [nome de participante 2]”; participante 2: “**calava me porque ?!**”; participante 3: “[nome de participante 2]”, penso que **não vale a pena discutir** com crentes”; participante 2: “**Sim vou me retirar deste “debate”**” (FD 8, 4 de agosto de 2015). Nesse segundo conjunto de fragmentos discursivos, também ocorre prática discursiva semelhante entre os enunciadores que solicitam ao outro que se cale: participante 1: “Senhora “[nome de participante]”, **era melhor estar calada**” (...); ator 2: “Que ignorância tem essa sra [nome de participante] a **sra esteja calada** não sabe mesmo o que está a dizer”; participante 3: “Olha a gaja teve um pingo de vergonha na cara e **apagou os comments...**” (FD 9, 3 de agosto de 2015). Não aceitar a opinião do outro e tentar impor a sua como parâmetro é uma ação comumente nesse lugar de divergências, de encontros de gramáticas discursivas tão heterogêneas e que constituem a prática discursiva, como explica Verón (2004, 2013).

Não dar ao outro o direito de fala é um tipo de regulação assumida pelos próprios participantes que acabam explicitando o que consideram legítimo para ser dito pelo nesse espaço. O *status* de gestão e controle é assumido pelos comentadores ao pedirem ao outro que se cale e que não manifeste sua opinião da forma expressada, mas que silencie. Há os que pedem para que o outro se retire desse lugar e, ainda, sugere um outro espaço para onde deve ir: “A Folha não é um panfleto ideológico, senhor, e ela mostra os fatos como eles são. Quer ler panfletagem? **Vai ler o Antagonista. Lá o senhor se sentirá em casa**” (FD 10, Site da Folha de S.Paulo, dia 23 de abril de 2019). Como lembra Fausto Neto (2016, 2018), a circulação faz emergir não apenas dissonâncias entre produção e reconhecimento, mas também práticas interacionais que apontam para

complexidades, interpenetrações e divergências.

Entretanto, ainda que alguns peçam o silenciamento do outro em função do que diz, há aqueles que questionam as fontes oficiais e clamam por mais participação por meio da exposição de elaborações próprias. “Pra você ver como esse mundo tá chato... Cheio de críticos meia boca vomitando bobagens sobre o que é ou não careta **como se as quase 8 bilhões de pessoas no mundo não tivessem opinião própria**” (FD 11, portal G1, Brasil, 26 de abril de 2019). O comentarista busca um estímulo à conversação a seu modo, demandando mais protagonismo da circulação para que os fluxos comunicacionais sigam adiante (Braga, 2011a, 2017). Dessa forma, a partir desse exemplo específico, pode-se inferir que as conversas não precisam seguir apenas nesse locus específico, pois podem se espalhar para distintas plataformas digitais e também na vida cotidiana em interações face a face.

O espaço aberto para comentários é, pela própria natureza da atividade circulatória, um lugar de enunciação de trocas, de discussão, de diferenças e divergências. A tensão é também constitutiva da relação entre os participantes – sejam as mídias ou os enunciadores que ali deixam suas opiniões.

## Uma problemática em curso

Como foi referido, essa reflexão integra um dos movimentos de investigação em desenvolvimento desde 2014 e que trata da complexidade da circulação discursiva no contexto das sociedades em midiatização. A emergência da circulação coloca por terra a compreensão de que poderia haver uma relação linear entre produção e recepção (como pressupunham perspectivas desenvolvidas no âmbito da Mass Communication Research) e nos desafia a olhar para um ambiente midiático distinto daquele no qual o campo da Comunicação foi sedimentado: em torno de dois polos tão distintos quanto distantes.

Do ponto de vista metodológico, cabe uma observação acerca da perspectiva indiciária, com a qual dialoga-se com Verón (2004, 2013) e Braga (2008, 2011b). Como dito em diferentes passagens ao longo do texto, compreende-se que o processo de construção teórica metodológica é intrínseco ao processo de investigação e não deve tomado como decisões a priori, como destaca o último autor. Portanto, a partir de coletas de comentários feitas nos últimos oito anos sobre a participação dos públicos nos espaços abertos pelas mídias (para diferentes pesquisas, estudos de caso), foram identificadas algumas recorrências em relação ao questionamento de tais regras. Esses índices

desafiaram à proposição de uma reflexão específica para tal. Dessa forma, a escolha dos exemplos aqui trazidos se justifica pelos índices e não a priori e denota que a construção de conhecimento científico é um processo contínuo, relativo, inacabado e em permanente processo.

Concorda-se com Braga (2017) quando afirma que os sujeitos envolvidos nos processos interacionais acabam desenvolvendo ações mais ou menos reiteradas de conexões. Ao longo das observações realizadas nos últimos oito anos, notou-se certa recorrência em algumas práticas interacionais: comentários acerca do tópico temático proposto pela mídia e que se desenvolve por meio de trocas, cooperação e conversa (Rodrigues, 2001); enunciados que não possuem relação alguma com o tópico temático proposto e que remetem à polarização política, incivildade e intolerância; postagens fora do contexto proposto e que visa divulgar algum serviço, disseminar correntes, campanhas, etc; comentários que ressaltam o projeto editorial da mídia, que questionam o que é notícia, que avaliam ser ou não notícia; além daqueles que são objeto desse artigo e que dizem respeito ao questionamento do funcionamento desse locus e as normas de participação: as regras, o estatuto dos comentaristas e o que pode e deve ser dito. As marcas extraídas dos fragmentos discursivos aqui elencados apontam para distintas táticas de regulação para além do que é predeterminado pelas mídias.

A grande maioria dos termos de uso publicados pelas mídias ressalta que não aprova nenhuma forma de discriminação, entretanto a regulação do espaço não consegue coibir enunciados que remetem à incivildade. Desse modo, mesmo que as mídias explicitem que há regras de civilidade para publicar comentários, muito do que é postado possui teor racista, misógino, preconceituoso, homofóbico, gordofóbico, etc. Não há, portanto, garantias de que o que é dito seja, efetivamente, cumprido, pois ainda que enuncie que devem ser respeitadas as normas de convivência geral, o sistema midiático não consegue dar conta de gerir esses processos. Dessa forma, muitos sentidos ficam à deriva e seguem fluxos imprevisíveis e, como visto, os próprios participantes do dispositivo de enunciação acabam fazendo sanções, dizendo o que pode e deve ser dito, cobrando maior controle por parte do sistema midiático e respeito ao que é ali dito.

Infelizmente, um ideal de comunicação participativa, cooperativa e de trocas, como a perspectiva interacional do discurso refletida por Rodrigues (2001), por exemplo, está longe de ser observado quando analisamos os espaços abertos pelas mídias para participação por meio de comentários. Nesse sentido, a intenção é ampliar em



momento oportuno a problemática de que as práticas discursivas desenvolvidas nesse locus constituem-se num ambiente no qual a polarização, a intolerância e a incivildade reinam. Tais questões vêm sendo objeto de autores de distintas áreas de conhecimento e que na Comunicação ganham cada vez mais atenção, como Sodré (2021) quando reflete sobre incivismo, capitalismo, política e mídia, e o livro da Compós, organizado em 2020 (Heller et al, 2020), que traz olhares de distintos pesquisadores brasileiros acerca da midiaticização e intolerância.

Nota-se que a despeito da regulação midiática e da proposta de que possa ser um lugar de conversação e de trocas, o que se observa, de forma geral, são muitas divergências. Tais interpretações singulares são geradas porque se trata de interpretações distintas ao que é dito, já que em reconhecimento há múltiplas gramáticas. Entretanto, há enunciações que nos fazem questionar se efetivamente vivemos numa sociedade democrática onde a civilidade e o exercício da cidadania deveriam pautar as relações interacionais entre os atores sociais.

## Referências

- BORELLI, V. 2016a. Espaço para comentários de leitores em sites e perfis de jornais no Facebook: regulação, vigilância e sanções. Unisinos, *Fronteiras* (18). N.3, 230-240. DOI: <https://doi.org/10.4013/fem.2016.183.01>
- \_\_\_\_\_. 2016b. Sentidos produzidos por leitores acerca de suas inscrições no ambiente midiático. *Revista estudos de Jornalismo*. v.2, p.56 – 70.
- \_\_\_\_\_. 2015. A circulação da notícia na sociedade em processo de midiaticização: o caso de jornais de abrangência regional. *Rizoma*, v.3, p.36 – 48.
- \_\_\_\_\_. 2017. Midiaticização, Mecanismos De Participação E Circulação Discursiva: Das Cartas Dos Leitores Aos Comentários Em Fanpages. *Anais de Artigos do Seminário Internacional de Pesquisas em Midiaticização e Processos Sociais*, [S.l.], v. 1, n. 1, jun. 2017. ISSN 2675-4290. Disponível em: <<https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiaticacao-artigos/article/view/92>>. Acesso em: 03 mar. 2022.
- BORELLI, V., & DIAS, M. S. M. 2018. Circulação discursiva: desafios metodológicos para compreender as interações entre jornais e leitores. *Rizoma*, 6(2), 95-109. <https://doi.org/10.17058/rzm.v6i2.12602>.
- BRAGA, J. L. 2008. Comunicação, disciplina indiciária. *Matrizes* (USP. Impreso), v. 1, n. 2: 73-88. Disponível em: [www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/download/46/28](http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/download/46/28). Consulta em mar. de 2016.
- \_\_\_\_\_. 2011a. La política de los internautas es producir circuitos.. In: CARLÓN, M.; FAUSTO NETO, A. (Org.) *Las políticas de los internautas*. Buenos Aires: Editora La Crujia.
- \_\_\_\_\_. 2011b. A prática da pesquisa em comunicação - abordagem metodológica como tomada de decisões. *E-Compós*, 14(1). <https://doi.org/10.30962/ec.665>
- \_\_\_\_\_. 2017. Circuitos de Comunicação. In: BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina (org.). *Matrizes Interacionais: A Comunicação Constrói a Sociedade*, vol.2. Campina Grande: EDUEPB.
- ECO, U. 1988. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva.
- FAUSTO NETO, A. 2013. Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação? In: GOMES, P. G.; BRAGA, J. L.; FERREIRA, J.; FAUSTO NETO, A. (Org.). *Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação*. São Leopoldo: Unisinos.
- \_\_\_\_\_. 2016. Da convergência/divergência à interpenetração. In: MIÉGE, Bernard et al. *Operações de midiaticização: das máscaras da convergência às críticas ao tecnodeterminismo*. Santa Maria: FACOS UFSM.
- \_\_\_\_\_. 2018. Circulação: trajetos conceituais. *Rizoma*, [s.l.], v. 6, n. 2: 08-40.
- HELLER, B., CAL, D. y ROSA, A. P. da (Org.). 2020. *Midiaticização (in)tolerância e reconhecimento*. Salvador: EDUFBA.
- LUHMANN, N. 2005. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus.
- \_\_\_\_\_. 2009. *Introdução à Teoria dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes.
- RATINAUD, P. 2014. *Iramuteq: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*. Versão 0.7 alpha 2. [S. l.], 22 dez. 2014. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/>. Acesso em: 31 ago. 2020.
- RODRIGUES, A. D. 2001. *A partitura invisível: para uma abordagem interactiva da linguagem*. Lisboa: Edições Colibri.

- ROMERO, L. M.; BORELLI, V. Articulação entre métricas e dados textuais como experimentação metodológica para estudos em circulação. In: Anais do 30º encontro anual da Compós, 2021, São Paulo. *Anais eletrônicos...* Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos-2021/trabalhos/articulacao-entre-metricas-e-dados-textuais-como-experimentacao-metodologica-para-estudos-em-circulacao>> Acesso em: 04 mar. 2022.
- SODRÉ, M. *A sociedade incivil: mídia, iliberalismo e finanças*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2021.
- VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. 2018. *Platform society: public values in a connective world*. Nova York: Oxford University Press.
- VERÓN, E. 1997. Esquema para el análisis de la mediatización. *Revista Diálogos de la Comunicación*, n.48, Lima: Felafacs.
- \_\_\_\_\_. 2004. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: UNISINOS.
- \_\_\_\_\_. 2006. Os públicos entre produção e recepção: problemas para uma teoria do reconhecimento. In: ABRANTES, José Carlos; DAYAN, Daniel. *Televisão: das audiências aos públicos*. Lisboa: Livros Horizonte. P. 113-126.
- \_\_\_\_\_. 2008. Do contrato de leitura às mutações na comunicação. MELO, A. L. M.; GOBBI, M. C.; HEBERLÊ, A. L. O. (orgs). *A diáspora comunicacional que se fez Escola Latino-Americana: as idéias de Eliseo Verón*. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Methodista; Universidade Metodista de São Paulo. P. 147-152.
- \_\_\_\_\_. 2013. *La Semiosis Social 2: Ideas, momentos, interpretantes*. 1º ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós.
- VERÓN, E. BOUTAUD, J.J.. 2007. Del sujeto a los actores. La semiótica abierta las interfaces. In: *Semiotique ouverte. Itinéraires semiotiques em communication*. Paris, Lavoisier, *Hermès Science*.